SECCÃO II

Ciclo de Implementação

Artigo 20.º

Etapas do Ciclo de Implementação

1 — O ciclo de implementação consiste na concretização dos projetos aprovados, integrando as seguintes fases:

- a) Estudo prévio;
- b) Projeto e Execução;
- c) Apresentação pública.

Artigo 21.º

Estudo prévio

1 — O estudo prévio consiste na definição e concretização genérica dos projetos, visando adequar os projetos aprovados, às pretensões dos participantes.

2 — A adequação definida no número anterior deverá ser assegurada mediante o acompanhamento do estudo prévio por parte dos participantes-proponentes.

Artigo 22.º

Projeto e Execução

A Câmara Municipal de Oliveira do Bairro recorrerá, sempre que possível, aos serviços municipais para a elaboração dos projetos e sua execução, sem prejuízo da contratação dos serviços, fornecimentos ou empreitadas que, em concreto, se mostrem necessários ou convenientes.

Artigo 23.º

Apresentação Pública

1 — Executado o projeto, proceder-se-á à sua apresentação pública.
2 — Nos projetos concretizados constará a menção de que o mesmo resultou do Orçamento Participativo do Município de Oliveira do Bairro.

CAPÍTULO III

Avaliação e Monitorização

Artigo 24.º

Avaliação e monitorização

1 — Os participantes serão convidados a avaliar o Orçamento Participativo do Município de Oliveira do Bairro, por intermédio do preenchimento de um questionário, após o exercício do seu direito de voto.

2 — A Câmara Municipal de Oliveira do Bairro assegurará, diretamente ou mediante parcerias, para efeito de monitorização e posterior avaliação do processo anual do Orçamento Participativo do Município de Oliveira do Bairro:

- a) A organização de uma base de dados que assegure o mapeamento e o histórico dos projetos, bem como a publicitação dos pontos de situação de cada ciclo;
- b) A elaboração de um relatório final em cada edição do Orçamento Participativo do Município de Oliveira do Bairro.

CAPÍTULO IV

Disposições Finais

Artigo 25.º

Locais de Apoio à Participação

Os participantes com maior dificuldade de acesso aos meios digitais podem efetuar o respetivo registo, submeter a sua proposta e/ou votar nos projetos, nos seguintes locais com pontos de acesso gratuito à *internet* e com eventual apoio (se solicitado) por parte de trabalhadores municipais, em locais devidamente publicitados, designadamente:

- a) Paços do Concelho de Oliveira do Bairro — Balcão de Atendimento Integrado;
- b) Biblioteca Municipal;
- c) Polos de Leitura;
- d) Espaços do Cidadão;

Artigo 26.º

Prestação de Contas e Informação ao Cidadão

Sendo a transparência um dos pilares fundamentais do projeto, a prestação de contas ao cidadão será efetuada pela Câmara Municipal de uma forma regular com a disponibilização do máximo de informação possível, nomeadamente, as diferentes fases do processo e o ponto de situação dos projetos vencedores, recorrendo para tal aos diferentes meios e canais ao seu dispor.

Artigo 27.º

Tratamento de Dados

Os participantes inscritos no Orçamento Participativo de Oliveira do Bairro autorizam o tratamento pelo Município de Oliveira do Bairro dos dados fornecidos no formulário de inscrição no portal da *internet* do Orçamento Participativo.

Artigo 28.º

Casos Omissos

As omissões ou dúvidas que surjam relativamente à interpretação do presente Regulamento serão resolvidas, por deliberação do Câmara Municipal, após parecer do Coordenador e/ou da Equipa de Análise Técnica.

Artigo 29.º

Entrada em Vigor

O presente Regulamento entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação nos termos legais.

311332923

MUNICÍPIO DE PALMELA

Aviso n.º 6876/2018

Processo Disciplinar

Para os devidos efeitos, e nos termos do disposto no n.º 222.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP), aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na sua atual redação, torna-se público que por deliberação camarária de 07 de março de 2018 foi sancionado com a pena disciplinar de despedimento, em sede do processo disciplinar n.º 07/2017, o Assistente Operacional desta Câmara Municipal Joaquim António Guerreiro Marques.

A referida sanção produz efeitos 15 dias após a data da publicação do presente aviso no *Diário da República*, nos termos do artigo 223.º da LTFP.

6 de abril de 2018. — A Chefe da Divisão de Recursos Humanos,
Joana Isabel Monteiro.

311274369

Aviso n.º 6877/2018

Realização de audiência de interessadas/os

Nos termos previstos no n.º 7 do artigo 10.º da Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro, e no artigo 36.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, alterada e republicada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril, conjugado com o disposto no artigo 112.º, n.º 1, alínea e), e n.º 4, do Código do Procedimento Administrativo (CPA), informa-se que, por deliberação tomada pelo júri em reunião realizada em 18 de abril de 2018, é intenção de proceder à exclusão das/os candidatas/os a seguir indicadas/os, no âmbito do procedimento concursal de regularização extraordinária de vínculos precários para preenchimento de um posto de trabalho de Assistente Técnica (área funcional Administrativa) em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado (Proc. n.º 1591/2018), cujo aviso de abertura foi publicitado na Bolsa de Emprego Público, em 28 de fevereiro de 2018, sob o n.º OE201802/0985, e na página eletrónica da Câmara Municipal de Palmela, por não serem detentoras/es de situação profissional enquadrável nos termos do artigo 3.º, n.º 1, alínea a), e n.º 2, da Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro, conforme exigido no ponto 2.1 do referido aviso de abertura:

Adélia Nunes; Alexandra Costa Ramos Ribeiro; Ana Filipa Arsénio Fialho; Ana Isa Félix Jorge; Ana Luísa Conde Mouro; Ana Margarida dos Santos Coelho; Ana Raquel Canelas; Ana Raquel Ribeiro Gomes; Ana